

Tráfico de pessoas para exploração sexual

Um esboço de revisão bibliográfica

*Sidnei Marco Dornelas **

A discussão sobre o tráfico de seres humanos vem se ampliando nos últimos anos e atraindo a atenção de diferentes setores da sociedade, seja pelo que existe de apelo sensacionalista da Mídia sobre o caráter de violência oculta em torno da florescente indústria do sexo, seja pelas características polêmicas dessa vertente da mobilidade humana, envolvendo a questão de gênero, a ação do crime organizado transnacional, o problema ambíguo da “vitimização”/“criminalização” da pessoa do migrante. Trata-se de um campo vasto e complexo, e que ainda se encontra em movimento, em plena formação, o que dificulta qualquer “estado da arte” mais sereno ou definitivo. É, sobretudo, um território extremamente polêmico, em que o caráter intrinsecamente político da questão migratória se manifesta de maneira até mesmo estridente. No emaranhado da questão do tráfico de pessoas existe um embate em torno de diferentes concepções: sobre políticas de sexualidade e de gênero; de gestão das migrações; dos direitos humanos; a legitimidade de certas formas de trabalho; a criminalidade e a violência; a indústria do turismo, do lazer e do sexo; bem como de uma configuração multicultural da sociedade.

Por isso, o que tentamos fazer aqui não passa do que poderíamos chamar de “esboço”. Seria uma temeridade ter a pretensão de delinear um retrato completo e exaustivo de um terreno de pesquisa e discussão política, acadêmica e militante, que se encontra em plena ebulição. Não seria possível abarcar tudo o que é

* *Missionário scalabriniano e membro do Setor Pastoral da Mobilidade Humana (CNBB).*

produzido por diferentes organismos nacionais e internacionais, governamentais e de ONGs, circulando pela internet, discutido em Seminários e Congressos, e que se torna matéria jornalística, e porventura acaba sendo publicado em livro ou revista científica. No entanto, é também “esboço” no sentido de que se busca não tanto uma revisão completa da literatura sobre esse tema, mas sim a elaboração de um instrumento que permita uma orientação nesse campo vasto de discussão. Assim, ao mesmo tempo em que contextualizamos a produção literária, basicamente com documentos acessíveis via internet, procuramos apontar três publicações que, de maneira relevante, colocam o tema do tráfico de pessoas na mesa de discussão: de caráter jurídico, socioantropológico, e militante pelas entidades de apoio aos migrantes “vítimas” de tráfico.

Dessa forma, neste ensaio de revisão bibliográfica, começamos tentando recuperar o que seria a literatura institucional, de caráter jurídico-político, de entidades nacionais e internacionais, ONGs, ou de caráter público, em torno do tema do tráfico de pessoas. Em seguida, repassamos diferentes estudos na área da sociologia, da antropologia e dos estudos culturais, que buscam conhecer empírica e teoricamente a realidade do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, com foco nas mulheres migrantes atuando no chamado “mercado do sexo”. Estudos de caráter científico, mas também de alguma maneira militante, trazem questionamentos de toda ordem quanto à abordagem institucional e sociopolítico-assistencial dessa questão, visando, em parte, entidades que tentam “socorrer” migrantes que se encontrariam traficadas. Nesse sentido, dedicamos a última parte à literatura produzida por essas entidades que atuam no campo da assistência aos migrantes. Entre outras, damos atenção àquelas que, dentro de uma motivação de ordem religiosa e sociopolítica, se remetem à prática pastoral da Igreja Católica.

Literatura institucional: abordagem jurídico-política

O acontecimento marcante que galvanizou a atenção para o tráfico de pessoas, então ainda mal definido em termos institucionais, foi a promulgação do *“Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças”*, mais conhecido como Protocolo de Palermo (2000). Segundo a definição firmada, Tráfico de Pessoas seria:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração

sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos (Artigo 3º, alínea A).

O texto do protocolo frisa também que o consentimento da “vítima” seria irrelevante na caracterização daquilo que seria a prática do crime de “tráfico”, ou o deslocamento para fins de exploração ou usufruto do corpo do migrante.

Essa definição consensual em nível de Nações Unidas, feita no sentido de combater o “crime organizado transnacional”, veio condicionar tudo o que seria publicado posteriormente. Percebe-se que a atenção volta-se, principalmente, para o “contrabando” de migrantes, seu deslocamento forçado com a finalidade de exploração sexual, em primeiro lugar, mas também para práticas de trabalho análogo à escravidão, ou para a remoção de órgãos. São todas formas de usufruto abusivo do “corpo” do migrante. Desde o princípio, porém, o foco principal parece ser a inserção de migrantes no mercado do sexo comercial.

Outras finalidades, em particular as muitas formas de escravização moderna, embora tão graves quanto a exploração sexual, ficaram em segundo plano. É verdade que algumas instâncias internacionais, em seus documentos e relatórios, procuraram ter uma visão mais ampla do tráfico de pessoas, incluindo todas as formas extremas de exploração física do migrante. É o caso do relatório preparado pelo Escritório de Lisboa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), *“Combate ao tráfico de seres humanos e trabalho forçado: estudos de casos e respostas de Portugal”* (PEREIRA; VASCONCELOS, 2007), que faz um estudo amplo de casos de tráfico de trabalhadores migrantes envolvendo inúmeros ramos de atividades, inclusive o ramo do sexo comercial. Igualmente, o Departamento de Estado dos Estados Unidos, em seu relatório *“Trafficking in Persons Report – 2010”* (DEPARTMENT OF STATE USA, 2010), num levantamento da situação do tráfico em todos os países do mundo, nas páginas dedicadas ao Brasil, destaca o tráfico destinado ao trabalho análogo à escravidão no interior do Brasil, sem deixar de considerar os casos de mulheres e adolescentes destinadas ao mercado do sexo no exterior, e os imigrantes latino-americanos em situação de trabalho degradante na cidade de São Paulo. Outro exemplo de abordagem mais ampla e diversificada da complexa questão do tráfico encontra-se na série de publicações da Global Alliance Against Traffic in Women (GAATW), *“Beyond Borders”* (2010), que, embora dando destaque à questão do tráfico para fins de exploração sexual, aborda outras dimensões, como as políticas migratórias e a busca de trabalho.

No Brasil, porém, apesar da clara associação da migração interna temporária com os casos de trabalho análogo a escravo (REZENDE, 2004), evidenciados pelas reportagens veiculadas pela ONG Repórter Brasil nos últimos anos e pelas várias campanhas mobilizadas pela Comissão Pastoral da Terra¹, ou mesmo dos conhecidos casos de redução de imigrantes bolivianos à condição de trabalho degradante em cidades como São Paulo, quando se trata de tráfico de pessoas, a atenção de representantes do poder público, militantes de ONGs e mesmo acadêmicos interessados no tema parece se direcionar unicamente para a questão

da exploração sexual, em que seriam arregimentadas mulheres e adolescentes, destinadas para o exterior. Mesmo num estudo sobre a migração e trabalho degradante, preparado com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego (DIAS; MATTOS, 2009), cujo foco principal é a problemática das condições de trabalho de hispano-americanos em situação irregular na cidade de São Paulo, quando, em dois tópicos, trata do tema do tráfico, envereda-se pela discussão tortuosa da questão do tráfico de mulheres e adolescentes para a indústria do sexo.

Nesse contexto é que surgem as primeiras abordagens orientando-as para o tema do tráfico para fins de exploração sexual no Brasil. Em sintonia com o protocolo de Palermo, na área dos direitos humanos, aparecem estudos exploratórios sobre o tráfico de pessoas (IIDH, 2003). Porém, é na perspectiva jurídica do Direito Penal que aparece uma primeira obra buscando fazer um balanço mais amplo sobre o assunto. Trata-se do livro de Damásio de Jesus, *“Tráfico internacional de mulheres e crianças – Brasil”* (2003), tendo como subtítulo, *“Relatório elaborado pelo autor para o colóquio preparatório do XVII Congresso Internacional de Direito Penal”*, de abril de 2002. O livro reproduz uma pesquisa que teve como relatora geral Ela Wiecko Volkmer de Castilho, e como objetivo, “consolidar as informações produzidas por órgãos oficiais, as notícias divulgadas pela imprensa brasileira e os dados produzidos por organizações da sociedade civil que atuam em Direitos Humanos”. Dentro dessa perspectiva, após três capítulos em que introduz a pesquisa e a temática do tráfico internacional de pessoas como nova forma de escravidão, centra sua atenção no tráfico internacional de mulheres e o tráfico de crianças no Brasil. De fato, em dois longos capítulos, este trabalho apresenta grande quantidade de informações, tanto sobre a evolução da legislação, como o histórico de casos documentados até aquele momento, sobretudo na década anterior. Ressalta que, até então, o que ganhava destaque nas preocupações dos movimentos sociais – no que diz respeito ao combate da criminalidade – era o tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes, tanto em nível de tráfico interno, como internacional. A investigação ganha particular densidade ao recuperar todo o dossiê de inquéritos sobre adoção irregular de crianças ao longo da década de 1990, caracterizando-a como uma prática de “comercialização de crianças” ou uma “indústria da adoção”, em localidades tão diferentes como Itabuna (BA) e Jundiá (SP), e estados como Ceará, Goiás ou Roraima. Cita uma Comissão Parlamentar de Inquérito de 1990, em que se constatou mais de 1900 processos fraudulentos de adoção internacional. Tenta descrever como se dá a exploração sexual infanto-juvenil no Brasil, nas várias ramificações da chamada “indústria do sexo”: práticas sexuais mediante pagamento, pornografia na internet, turismo sexual. Àquela altura, a pesquisa constatava que, do universo de casos documentados, apenas 1,83% destinavam-se para o tráfico internacional de crianças e adolescentes. Na verdade, o que se colocava em causa era predominantemente o tráfico interno. O livro ainda traz dois capítulos mais curtos sobre a jurisprudência do tráfico de

mulheres e crianças, e as iniciativas de prevenção e repressão no Brasil, seguidos de uma longa seção de anexos atinentes à própria realização da pesquisa.

O perfil jurídico, de caráter penal, desta primeira publicação mais consistente sobre a questão do tráfico de pessoas, diz bem sobre o modo como essa temática, relativamente nova no campo dos estudos de migração e mobilidade humana no Brasil, estava sendo percebida. Esta seria também a perspectiva dominante nas pesquisas pioneiras, especialmente focadas nessa questão, realizadas a partir de 2002 pela Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (PESTRAF). Foi um primeiro diagnóstico sobre a incidência do tráfico nos estados de São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Goiás, a partir do estudo de inquéritos policiais e processos abertos pela Polícia Federal. Àquela altura, teriam sido identificadas 241 rotas nacionais e internacionais.

Outros estudos e desdobramentos da pesquisa PESTRAF se sucederam nos anos seguintes, focalizando determinadas regiões ou locais, como o Aeroporto de Guarulhos (SP) e o estado do Rio Grande do Sul, bem como focalizando grupos específicos, como as mulheres deportadas e não admitidas. Nesse meio tempo, o Brasil ratificava o Protocolo de Palermo (2004), criava a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2006) e, posteriormente, elaborava o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2008), ambos publicados pelo Ministério da Justiça. Nesse contexto, ao lado das pesquisas PESTRAF, outras publicações foram lançadas pelo governo federal (Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e financiadas pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), procurando dar conta do fenômeno do tráfico. Todas essas iniciativas de publicação encontram-se no quadro do Projeto de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (TIP), reunidas num CD-ROM².

O Governo brasileiro, desta forma, se alinha a um esforço comum a outros países latino-americanos na elaboração de políticas de combate ao tráfico de pessoas. Como exemplos deste empreendimento, temos desde publicações oficiais, também em parceria com organizações como a Organização Internacional das Migrações (OIM), no Paraguai (2005, 2007), na Bolívia (2007), na Colômbia (2006), até estudos mais amplos abordando grandes blocos regionais como a região do Caribe (OIM, 2010) e o Mercosul (SPRANDEL, 2004; BID, 2006). Tal esforço se enquadra nas linhas postuladas pelos grandes organismos internacionais que orientam o combate ao Tráfico de Pessoas, e procura corresponder a uma demanda de caráter predominantemente repressivo, como fica evidente nos documentos do Office on Drugs and Crime das Nações Unidas (UNODC, 2006 e 2009), ou mesmo nos relatórios publicados anualmente pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (2010). Tal orientação se difunde em outras áreas chaves de atuação, como a cobertura feita pela Mídia, exemplificada pela publicação financiada pela Organization for Security and Cooperation in Europe (2008), confeccionada para ser um manual para guiar a atuação de jornalistas e profissionais de imprensa.

Recentemente, a Secretaria Nacional de Justiça, no quadro do Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, lançou o Prêmio Libertas, com o objetivo de estimular a divulgação de estudos, pesquisas e relatos de experiências sobre a questão do tráfico, no sentido de ampliar o conhecimento do tema. Evidenciam a preocupação do governo brasileiro por um diálogo maior com as Universidades para o conhecimento dessa questão. Em sua primeira edição, em 2010, os trabalhos premiados evidenciam essa busca em alargar o debate, mas ainda se mostram extremamente vinculados à abordagem jurídico-política. Essa busca, no entanto, é bem visível no primeiro colocado entre os graduados, que estuda a condição dos “travestis” no contexto da migração transnacional para o mercado de serviços sexuais na Europa (AGNOLETTI, 2010); ou, em textos exploratórios sobre o modo como a categoria de “tráfico” vem sendo usada pelos agentes políticos envolvidos no Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SILVA; BLANCHETTE, 2010); ou no modo como a imprensa espanhola vem conotando o combate ao tráfico de pessoas (VENSON, 2010). Os demais textos entrelaçam-se em considerações sobre a legislação e a prática política do enfrentamento ao tráfico (SALES; ALENCAR, 2010; FRISSE, 2010; ARRUDA, 2010).

Enfim, essas publicações de cunho mais oficial se desdobram num vasto leque de pequenos subsídios e textos destinados a um público mais largo, seja no sentido de tornar mais conhecida a realidade do tráfico de pessoas, seja na busca de subsidiar a ação de grupos locais, organizações não-governamentais e outros atores sociais e políticos. Dessa maneira, temos pequenas cartilhas como as que são financiadas pelo Consulado dos Estados Unidos no Brasil (MASSULA; MELO, s.d.), pela OIM (CEMLA; SAVE THE CHILDREN, 2006) e pela Secretaria Nacional de Justiça (2009). Além desses, surgem também estudos de divulgação na área do Direito (BARBOSA, 2010). Dentro desse quadro amplo de cooperação entre essas agências e entidades da sociedade civil, podemos contextualizar a parceria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o Ministério da Justiça, levando à publicação do conteúdo de um Seminário sobre Tráfico de Pessoas realizado pelas duas entidades em 2008 (Setor Pastorais da Mobilidade Humana, 2010).

Interpretação das ciências sociais: sociologia, antropologia e estudos culturais

A pauta das publicações de caráter institucional, rápida e largamente difundida, não demorou a provocar uma forte demanda por estudos de caráter mais analítico que buscassem um olhar a partir de uma base empírica mais sólida. A realidade do tráfico mostrava-se extremamente opaca e complexa, interpelando os cientistas sociais à procura de indicativos mais consistentes para um estudo mais amplo e profundo das questões suscitadas. Nesse sentido, a série de publicações já citadas da GAATW (2010), é um demonstrativo claro do esforço na produção de trabalhos que proporcionassem respostas adequadas às

muitas vertentes surgidas em torno do tráfico de pessoas: suas relações com as questões de gênero, com a globalização e as políticas de segurança, com o mundo do trabalho, com as dinâmicas migratórias e as políticas mobilizadas para geri-las. Em particular, os estudos que diversos pesquisadores produziram ao longo dos últimos anos, nas mais diversas áreas, procuram dar uma maior fundamentação empírica sobre o que significa social e politicamente o tráfico de pessoas, e, sobretudo, quem seria essa pessoa “traficada”, ou a “vítima” do tráfico.

Um exemplo dessa trajetória de busca por uma melhor compreensão da realidade do tráfico, de suas implicações sociais, políticas e econômicas, assim como das pessoas envolvidas, principalmente migrantes mulheres e adolescentes, encontramos na revista publicada pela OIM, a *International Migration*. Em 2005 foi lançado um número especial intitulado “*Data and Research on Human Trafficking: a Global Survey*” (LACZKO; GOZDZIAK, 2005), cujos artigos tinham por fim justamente discutir os desafios metodológicos propostos pela pesquisa empírica na área do tráfico de pessoas, sobretudo no que diz respeito ao levantamento de dados confiáveis. Um elenco de artigos faz uma revisão dos estudos que então se desenvolviam nas grandes regiões do planeta: Oriente Médio, África Sub-saariana, América Latina e Caribe, Ásia, etc. Cinco anos depois, outro número seria lançado, em 2010, trazendo uma reunião de textos de horizontes disciplinares variados, com diferentes perspectivas teóricas, e produzidos a partir de referenciais empíricos distintos. Encontramos ali um estudo que aborda as dificuldades metodológicas nas pesquisas qualitativas com as pessoas “vítimas” de tráfico, e as suas implicações éticas, a partir de uma amostragem com mulheres retornadas na Moldávia (BRUNOVSKIS; SURTEES, 2010); um ensaio sobre as possibilidades de uma abordagem que relacione a questão do tráfico com as teorias de desenvolvimento humano, como estratégia de superação de sua principal causa, a pobreza (DANAILOVA-TRAINOR; LACZKO, 2010); uma análise do discurso dos atores institucionais em torno do tráfico, a partir do instrumental analítico do “gerenciamento biopolítico” e do “cálculo econômico”, e a consequente produção das “vítimas” do tráfico de pessoas como forma de estigmatização e controle das migrações (BERMAN, 2010); um ensaio que busca dissecar aquilo que seria um modelo econômico do tráfico de pessoas (WHEATON et al., 2010); uma investigação sobre a ambiguidade da condição dos trabalhadores migrantes contratados no Oriente Médio (JUREIDINI, 2010); a apresentação de uma pesquisa sobre o crescente número de menores viajando desacompanhados pelos aeroportos europeus, como possível grupo de risco (DERLUYN et al., 2010). Em todos eles percebe-se a busca por um veio de análise que permita uma aproximação e compreensão mais profunda da complexidade dessa realidade, seja pela investigação empírica, seja pelo uso de um variado repertório de instrumental teórico. Temos assim uma trajetória em que vários caminhos levam à proposição de novos quadros referenciais para o estudo e trabalho de campo, e, sobretudo, para alcançar uma maior precisão e consenso nos conceitos empregados.

Na Europa, onde as relações entre o tráfico de pessoas e a indústria do sexo vêm colocando questionamentos crescentes, seja pela ação da Mídia sensacionalista, seja pela presença crescente de mulheres migrantes nesse nicho de trabalho, os estudos acadêmicos igualmente se empenham por um maior aprofundamento do instrumental teórico, assim como pela solidez na análise empírica. Num colóquio internacional realizado pela Universidade de Nice, na França, em 2007, uma de suas mesas tinha justamente essa temática: “*Industrie du sexe et trafics: une voie pour les migrant(e)s?*” Com efeito, a discussão dessa relação entre migração e a indústria do sexo, muitas vezes marcadamente polêmica, se mostraria rica em ensinamentos sobre a complexidade da migração no terreno multifacetado e contraditório da globalização, principalmente quando se considera a condição do migrante. No conjunto de trabalhos apresentados, temos: uma análise de como o “corpo” vitimizado da mulher prostituída e migrante é construído ideologicamente, criminalizando a migração, sobretudo em se tratando de migrantes oriundas do Leste europeu, brancas, para uma Europa Ocidental igualmente branca (RUSSEL, 2007); uma análise da questão da alteridade do corpo da mulher migrante, em que se implicam dialeticamente a prostituição de migrantes, relações de gênero e modelos culturais (MASSARI; SIEBERT, 2007); um estudo das trajetórias e lógicas de circulação de dançarinas migrantes por cabarés da Suíça (THIÉVENT, 2007); um estudo da circulação das mulheres migrantes pelo setor de serviços, entre o trabalho doméstico e o serviço comercial do sexo (GUILLEMAUT, 2007). Também encontramos essa preocupação por uma compreensão da condição de gênero dos migrantes, num leque maior de análise, em estudos recentes como os publicados pela revista *Mondi Migranti* (PISCITELLI; TEIXEIRA, 2010; PELUCIO, 2010), com foco especial sobre os travestis brasileiros na Itália e Espanha, e pela revista *Migraciones* (GIRONA, 2009), num estudo rico em informações, sobre os casamentos de mulheres migrantes com espanhóis, oriundos do contexto do chamado “turismo sexual”, e outro sobre a invisibilidade dos menores migrantes viajando desacompanhados pela Espanha (DIEGO, 2010).

Na América Latina, com uma ênfase menor, a questão do tráfico vem se colocando, principalmente relacionada com o fenômeno crescente da feminização das migrações. É nessa perspectiva que foram elaborados alguns estudos publicados pela Comisión Económica para América Latina (CEPAL), em que predomina um enfoque que privilegia a análise socioeconômica de caráter macroestrutural, sobre a condição das mulheres migrantes e o respeito aos direitos humanos. Sendo predominantemente uma região de origem das migrações, tais estudos inserem a questão do tráfico num quadro histórico mais amplo, em que se discutem as relações econômicas e sociais às quais as mulheres sempre estiveram submetidas, o surgimento recente de uma migração predominantemente feminina, as violações aos direitos humanos, os instrumentais jurídicos e programas sociais que poderiam ser mobilizados em sua defesa (CASTELLANOS, 2005; CHIAROTTI, 2003). No caso brasileiro,

o desdobramento do estudo da questão do tráfico, a partir das mobilizações institucionais para coibir essa forma de “crime transnacional” (Protocolo de Palermo), orientou-se em torno das denúncias crescentes sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no interior do país, da existência do chamado turismo sexual e da constatação de que uma vertente importante da recente emigração brasileira era constituída por mulheres destinadas para alguns países da Europa, principalmente para o setor de serviços, incluindo os serviços de sexo comercial.

Alguns artigos foram publicados ainda no contexto da década de 1990, seja como denúncia da condição vivida por mulheres brasileiras prostituídas na Suíça (HUBER, 1996), seja como ensaio procurando relacionar explicitamente a realidade dos migrantes brasileiros no exterior, a questão de gênero e o turismo sexual (LEITE, 2000). O amadurecimento da discussão teórica de ordem social e política, no entanto, com as questões emergentes que lhe são decorrentes, só veio posteriormente, no bojo do questionamento da ação institucional de repressão ao tráfico, encontrando um ponto de referência importante no Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade de Campinas (UNICAMP), e seu veículo de expressão nos *Cadernos Pagu*. Em seu nº 25, do segundo semestre de 2005, um dossiê apresenta artigos propondo-se a questionar a linha predominante com que vêm sendo tratados temas sensíveis como a migração de mulheres, a prostituição e o chamado turismo sexual: uma análise do “estado da arte” do debate internacional, cuja hegemonia vem sendo disputada por diferentes correntes do movimento feminista, e pelos interesses dos países ricos do Ocidente, em especial dos Estados Unidos, trazendo implicações problemáticas para os países mais pobres em termos de raça e gênero (KEMPADOO, 2005); outro artigo que analisa o modo como o debate vem sendo construído no Brasil, contagiado por um estado de “pânico moral”, que reflete interesses exógenos ao contexto de origem da emigração brasileira (GRUPO DAVIDA, 2005); a abordagem antropológica de um estudo de caso, feito numa danceteria de Copacabana, sobre como se daria nesse lugar específico as relações entre clientes do “turismo sexual” e garotas de programa, com suas estratégias para viabilizar seu próprio projeto migratório (SILVA; BLANCHETTE, 2005); um estudo centrado na produção do discurso estigmatizador sobre as imigrantes que trabalham na indústria do sexo europeu, e que, contraditoriamente, não percebe, ou obscurece, a prática do chamado turismo sexual (AGUSTIN, 2005); um artigo que discute as polêmicas entre vários grupos, incluindo feministas, na caracterização do trabalho sexual, em particular aquele que implica a presença de imigrantes na Europa (JULIANO, 2005).

Esse posicionamento crítico foi aprofundado num dossiê lançado no nº 31, do segundo semestre de 2008, intitulado “*Trânsitos*”, coordenado por Adriana Piscitelli e Márcia Vasconcelos, e reproduzido posteriormente no CD-ROM “*Combate ao Tráfico de Pessoas: trabalho em liberdade*”, lançado pela OIT, e já mencionado anteriormente³. É interessante observar que cinco dos sete artigos

publicados neste dossiê têm o seu foco no debate sobre as categorizações mobilizadas no combate e repressão ao tráfico de pessoas, como a questão da “criminalização” e/ou “vitimização” das mulheres migrantes, os direitos humanos, as relações de gênero, as práticas do aparelho judiciário e policial nesse âmbito, além da crítica ao discurso sobre o tráfico mobilizado pelas instituições internacionais e governamentais brasileiras. Assim, temos um artigo que se inscreve dentro do quadro de um estudo do Direito Penal aplicado à situação das mulheres envolvidas nesse tipo de deslocamento (FARIA, 2008); uma análise na linha de uma criminologia dos processos judiciais envolvendo denúncias de tráfico, procurando discernir como se coloca a questão de gênero (CASTILHO, 2008); outro, a partir dos relatos de mulheres migrantes regressadas ao Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, expõe a violação dos direitos humanos no contexto do tráfico e a importância de discuti-los numa perspectiva de gênero (ASBRAD, 2008); um estudo que relaciona noções como “trabalho forçado” e “tráfico de pessoas”, considerando suas interfaces com a questão de gênero no mundo da migração (VASCONCELOS; BOLZON, 2008); um estudo crítico da administração da justiça, em Direito Penal, considerando situações de prostituição e tráfico de pessoas, e sua relação com o respeito aos direitos humanos (OLIVEIRA, 2008). Dois outros artigos parecem buscar uma linha de análise mais aberta, que saem desse perfil crítico mais estrito em relação à política de enfrentamento ao tráfico, embora não deixem de questionar os condicionamentos políticos da abordagem das ciências sociais quanto ao tráfico: a condição das travestis na Itália, e sua relação com o combate e repressão à prostituição (TEIXEIRA, 2008); e um texto de Piscitelli (2008), no qual discute os percalços da construção do processo de conhecimento nessa área, com uma tentativa de fazer um balanço dos muitos dilemas e entraves postos a uma discussão mais isenta sobre o tema.

Aliás, no Brasil, Adriana Piscitelli tem se revelado uma referência importante no estudo dessa área, envolvendo a questão de gênero, a emigração de mulheres, o turismo sexual, a prática da prostituição ou do mercado do sexo em solo europeu. Direccionando sua atividade de pesquisa na área da antropologia, os artigos que vem publicando contribuem, sobretudo, quando se quer considerar o ponto de vista das e dos migrantes envolvidos na dinâmica social do tráfico de pessoas. Em 2002, no nº 19 dos *Cadernos Pagu*, publicou um texto exploratório sobre as representações que cercam as narrativas de viajantes, “turistas” à procura de sexo, em países considerados exóticos, discutindo como noções de sexualidade, exotismo e autenticidade estariam permeados pela questão de gênero. A partir dessa mesma época, em que estaria participando da realização das pesquisas PESTRAF, iniciaria um percurso que resultaria num conjunto de estudos centrados na condição das mulheres migrantes envolvidas no mercado do sexo em países como Itália e Espanha. Além do que vem publicando nos *Cadernos Pagu*, e tendo participações em congressos e seminários, entre os quais podem ser citados: abordagens da trajetória migratória de mulheres originárias do “turismo sexual” em Fortaleza, para a Itália, onde se inserem no mercado do sexo ou conseguem

mesmo contrair alguma forma de matrimônio (2004; 2007a); um estudo sobre as brasileiras no mercado do sexo na Espanha, recuperando suas trajetórias e representações, em particular quanto ao sentido do uso do corpo, do consumo erótico e das interações de raça e nacionalidade no sexo comercial (2007b); outro estudo sobre as várias formas de inserção e circulação de brasileiras no âmbito da transnacionalização dos mercados sexual e matrimonial, em países como Espanha e Itália (2009). Em todos eles, existe essa busca por recolher as percepções dos migrantes, e de dar valor ao modo como representam sua própria inserção no meio social em que normalmente se denunciam os casos de tráfico de pessoas. Esse viés de análise traz questionamentos sérios para o modo como as instituições sociais, governamentais ou não, se relacionam com as chamadas “vítimas” do tráfico, mesmo quando pretendem defendê-las.

Nesse campo específico de discussão se insere o estudo crítico da atuação das organizações não-governamentais que se propõem a resgatar as “vítimas” do tráfico de pessoas. A grande referência nesse campo é o trabalho de Laura Maria Agustín, intitulado *“Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry”* (2007). Trata-se de um estudo rico em intuições sobre o modo como se apresenta o mundo da mobilidade humana nesse início do século XXI, postulando, porém, uma reflexão bastante polêmica quanto à realidade das trabalhadoras migrantes do sexo no continente europeu. A autora possui uma trajetória de educadora social na América Latina e Caribe, em particular direcionada a migrantes e populações em risco social, como mulheres prostituídas. Migrando para a Europa, perseverou nesse campo de atuação e militância, passando também a desenvolver estudos nessa área, em que começou a questionar de maneira crítica as ONGs que se propunham apoiar e resgatar migrantes em situação irregular. Segundo Agustín, os agentes de serviço social constantemente negam o agenciamento dos trabalhadores migrantes por meio de um movimento ao mesmo tempo teórico e prático, cujo objetivo é o gerenciamento e o controle desses grupos sociais. O resultado é uma vitimização da trabalhadora migrante da indústria do sexo, vista como vítima involuntária e passiva, e não como pessoas em busca de oportunidades de trabalho e ascensão social, mesmo que sob condições de trabalho ilegais e degradantes.

Tendo essa postura como ponto de partida, e colocando-se na linha dos chamados “estudos culturais”, neste livro, a autora trabalha na intersecção de dois grupos: o dos migrantes que se deslocam para a Europa a fim de se inserir no setor informal (doméstico, serviços, entretenimento, sexo...); e os que trabalham no serviço social junto aos imigrantes, considerando-os como grupos de risco (ONGs, serviços públicos). Os dois primeiros capítulos discutem de forma instigante as construções teóricas que procuram compreender o modo como se configuram atualmente sob a globalização, tanto o mundo da mobilidade humana, como o setor econômico dos serviços, no qual se insere a indústria do sexo. O primeiro capítulo trabalha com a fluidez de categorias como “migração”, “turismo”, “viagens”, “trabalho”, para caracterizar as ambiguidades das múltiplas

situações que marcam uma mobilidade que se desdobra de forma cada vez mais variada e híbrida, fugindo a qualquer categorização mais rígida. Num contexto de fluxos cada vez mais imprevisíveis, não se tem mais a possibilidade de definir de maneira clara o que seria migração para trabalho, ou viagem para turismo, tempo e espaço de lazer e de trabalho, relações de gênero, nem propriamente quem seria o migrante. A experiência do migrante é marcada por uma simultaneidade crescente de papéis sociais, localizações e referenciais culturais. Em meio a tantas indefinições, estratégias múltiplas, informais e híbridas de deslocamento, como definir de maneira clara o que seria uma situação de tráfico? Em que medida o migrante é “vítima” ou agente de seu próprio deslocamento? Igualmente, no segundo capítulo, coloca em discussão as indefinições sobre a multifacetada economia informal, designada de maneira genérica como sendo de “serviços”. A autora, ao mesmo tempo em que mostra como os empregos informais, de reconhecimento duvidoso, são necessários socialmente, demonstra também a importância desse setor informal, mesmo que invisível à contabilidade nacional, para o funcionamento da economia formal globalizada. A chamada “indústria do sexo”, que se ramifica numa enorme gama de “serviços”, que excedem a pura e simples “prostituição”, é um dos melhores exemplos de como este setor informal, de lucros exorbitantes, ajuda a movimentar o ramo de entretenimento, hotelaria, gastronomia, de comunicações, entre outros. Ao setor informal, e dos serviços sexuais em particular, se dirige parte considerável das mulheres migrantes, dando sentido à crescente feminização das migrações, e a autora recupera vários de seus depoimentos, assim como de seus clientes. As mulheres migrantes, nesse setor marginal da economia globalizada, repropõem de maneira contraditória questões referentes à alteridade de gênero, raça, cultura, bem como formas alternativas de agenciamento de seus projetos migratórios.

Nos capítulos seguintes, Agustín entra propriamente no seu tema: o surgimento do setor social, particularmente aquele que busca de alguma forma resgatar socialmente as mulheres em situação de prostituição. Num capítulo dedicado à recuperação histórica do surgimento desse setor na Europa, durante o século XIX, faz uma genealogia dos processos sociais que fundaram a filantropia moderna, e de como está associada estreitamente com a emancipação das mulheres de classe média, da burguesia ascendente, para ocuparem posições no espaço público, por meio de institutos e atividades que, contraditoriamente, se propõem a disciplinar e reeducar socialmente mulheres oriundas da classe trabalhadora, sendo as prostitutas um público alvo por excelência. Dessa forma nasceria a atual “indústria do resgate”, representada pelas inúmeras entidades que se propõem, em nome da emancipação das mulheres e afirmação de seus direitos, resgatar as mulheres migrantes, “vítimas” do tráfico. Em seu itinerário de análise crítica, a autora, através da observação participante e uma “multi-localizada-etnografia” realizada na Espanha, busca ouvir a voz das migrantes atuando nesse nicho de trabalho, serviços sexuais, e questionar o campo de atuação, as representações, a metodologia de intervenção social e os posicionamentos políticos dessas ONGs.

Para tanto, em sua seção mais importante, o livro recupera oito narrativas de atuação dessas ONGs: na rua entre os grupos de mulheres migrantes; na ação de prevenção ao HIV; em grandes congressos sobre o combate ao tráfico; em casas de acolhida; no contato com donos de cabarés.

A autora conclui mostrando como, no propósito de resgatar as imigrantes exploradas pela indústria do sexo, atualmente, o setor social tende a construir o seu próprio objeto, o tráfico de pessoas e suas vítimas, para estudá-lo, organizá-lo, debatê-lo, geri-lo e servir-se dele, reproduzindo assim a desigualdade e os estigmas que marcam as mulheres migrantes, e perpetuando as condições de difusão de sua própria atividade. A proposta da autora é a de redefinir as questões a partir da escuta dos próprios migrantes, considerando sua demanda por documentação, para sair da clandestinidade e encontrar condições de trabalho dignas, para agenciar soluções com a sua participação, sem perder de vista a realidade de seu deslocamento, num mundo de trabalho flexível, inserido na diáspora de um mercado transnacional. A tendência da autora em fugir de qualquer discurso moralizante, em busca de soluções pragmáticas que se ajustem às demandas das migrantes, no caso de sua inserção voluntária no mercado do sexo, é objeto de críticas, na medida em que desconsidera os diferentes níveis de violência implícitos nos mecanismos sociais e econômicos que regem esse mercado, e que não necessariamente transparece em suas representações. Tratar a questão ética de maneira unicamente pragmática tende para uma “miopia” que não percebe a banalização do mal implícito nas práticas econômicas que condicionam a vida de todos num contexto de globalização, mas que desqualificam, sobretudo, os mais pobres. Revelar as representações neocolonialistas presentes no mercado do sexo e no setor social, ou se propor a assumir o protagonismo dos migrantes, não justifica colocar a discussão ética num segundo plano. No entanto, Agustín aponta para algo fundamental: como as entidades da sociedade civil e suas mediações institucionais, não só agem na formação de uma categoria social, a “vítima” do tráfico, mas como também lidam com as pessoas que vivenciam de maneira contraditória essa condição. Tais entidades também têm seu modo próprio de expressar sua visão do tráfico, seu engajamento e posicionamento social e político.

A palavra das entidades no terreno de atuação

Em um de seus artigos, *“Entre as ‘máfias’ e a ‘ajuda’”* (2008), Adriana Piscitelli expõe os muitos percalços que têm acompanhado os estudos da questão do tráfico. Tais percalços provêm justamente da gama de interesses políticos que vêm envolvendo o enfrentamento desse problema, desde a formulação do Protocolo de Palermo, até a implementação de políticas nos diversos países, caracterizando o tráfico como crime transnacional, além da fragilidade dos dados à disposição e generalizações indevidas, criando assim um estado de confusão conceitual que vem embaralhando o esclarecimento das várias questões suscitadas. Como este nosso “esboço” de revisão crítica vem

mostrando, tal forma de posicionar o problema tem condicionado a literatura a respeito do tráfico, transitando entre a “criminalização” e/ou “vitimização” dos e das migrantes, e a defesa de seus direitos fundamentais. O que autores como Agustín apontam é para a necessidade do diálogo com a visão de mundo dos migrantes envolvidos na questão do tráfico de pessoas. Entretanto, percebemos como esses mesmos condicionamentos da produção de conhecimento sobre o tema também influenciam a ação de inúmeras ONGs, e embora as observações de Agustín apontem para a necessidade de uma autocrítica por parte delas, essas entidades também têm uma contribuição significativa a aportar, como mediação para aceder ao mundo dos migrantes. Com efeito, como conhecimento mediado institucionalmente, a constatação da condição de violência em que vivem migrantes explorados pela indústria do sexo, permite conhecer outras dimensões de suas vivências, que os próprios migrantes não se permitem revelar com tanta facilidade. Na verdade, não existe campo de investigação científica, em situações tão marcadas por conflitos de interesses, enredando todas as partes envolvidas, que seja completamente isento e transparente.

O que a experiência brasileira tem mostrado, considerando seja as diversas realidades de nosso país, seja o modo como entre nós o tráfico de pessoas tem se desdobrado em ramificações internas, além das internacionais, abarcando vários ramos de trabalho desqualificado além do mercado do sexo (corte de cana, derrubada de mata, pastagem, serviço doméstico, construção civil...), é que talvez os quadros de entendimento da experiência europeia não possam ser facilmente transferíveis para o nosso país. Ou melhor, mesmo qualificando de maneira adequada o deslocamento de mulheres para o mercado do sexo transnacional, não se pode abstrair inúmeras situações de violência que acompanham a sua diversificada trajetória migratória. Um livro preparado sob os auspícios de uma rede de ONGs de três países (Brasil, Suriname e República Dominicana) apresenta um quadro de exploração de mulheres que afunda suas raízes no histórico de injustiças desses países, e que ganha uma dimensão mais ampla, no circuito da mobilidade transnacional. Trata-se do livro *“Investigación Tripartite sobre trata de mujeres: Brasil. Republica Dominicana y Surinam: una intervención en red”* (2008), coordenado por Marcel Hazeu, e organizado com o apoio de várias redes de entidades como a Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais no Amazonas (SoDireitos) do Brasil, que coordenou o desenvolvimento da pesquisa, e a *Red Latinoamericana y Del Caribe contra La Trata de Personas* (GRATW e a REDLAC). O propósito que orientou o projeto foi o de construir uma rede de intervenção que considerasse a dimensão transnacional do tráfico, por meio de uma aproximação entre as ONGs dos diferentes países, que são “ponte” para um processo de investigação e produção de conhecimento, a partir do relato e do ponto de vista das pessoas envolvidas.

Este trabalho, de fato, procura reunir informações a partir de diferentes perspectivas, por meio dessa rede de organizações que se inserem diferentemente em seus países de referência, e que por sua vez também apresentam quadros

diversos em sua inserção nas tramas do tráfico de pessoas. Inicialmente, a posição adotada é a de afirmar que existe o tráfico e que ele consiste numa prática criminosa, e por isso o primeiro capítulo visa justamente apoiar-se no marco legal internacional, na busca de enquadrá-lo como tal: o Protocolo de Palermo e a conceituação da OIT que qualifica o trabalho escravo e degradante como prática violenta e crime contra a liberdade. Em seguida, fixa as linhas comuns que contextualizam a investigação: a situação de vulnerabilidade social das mulheres traficadas (gravidez precoce, pobreza extrema, falta de oportunidades e perspectivas, baixa escolaridade, instabilidade familiar e conjugal, violência doméstica, perda ou abandono dos pais, etc.); contexto de globalização a partir de países periféricos; processo de desterritorialização da exploração econômica, desenraizando pessoas, aumentando a insegurança e a perda de referenciais sociais; uma subjetividade subjugada, em que a relação de gênero reflete uma condição de permanente subordinação. O tráfico de pessoas apenas reconfigura uma situação de exploração historicamente incorporada e naturalizada, tornando o corpo de mulheres e de adolescentes objeto de usufruto, transformado em “coisa”, reatualizando o circuito de escravidão em nível transnacional. Os capítulos centrais descrevem a situação de cada um dos países envolvidos, desembocando no tráfico e exploração sexual nos clubes noturnos da capital do Suriname ou nas minas e garimpos em seu interior. No capítulo correspondente a cada país, é dado um quadro geral geográfico e histórico, sua configuração étnica e social, o marco legal que tem regulado o combate ao tráfico e o respeito aos direitos humanos. O capítulo mais extenso é aquele reservado ao Brasil, desenvolvendo longamente os dados colhidos dos relatos das informantes entrevistadas, e também é aquele que oferece o quadro mais detalhado das trajetórias de vida das mulheres traficadas, e as condições de subjugação que caracterizam o mercado sexual em Suriname. O livro encerra com um longo capítulo com conclusões sobre a realidade do tráfico de pessoas nos três países em questão, e recomendações que as ONGs indicam para o enfrentamento do problema e políticas públicas direcionadas para as mulheres e famílias mais vulneráveis socialmente, para que não sejam “presas” fáceis da ação dos arregimentadores do tráfico para exploração sexual.

Apesar de algumas fragilidades conceituais e analíticas, este trabalho demonstra bem o potencial que possuem as ONGs no terreno de ação para contribuir não só para a superação do tráfico, mas também para a produção de conhecimento autêntico sobre ele. Demonstra também como a realidade do tráfico possui diversas faces, conforme se desdobra o circuito de deslocamento, as trajetórias daqueles que se submetem a essa forma de trabalho, e as diversas regiões em que se desenrolam diversas modalidades de violência e exploração. Existem várias outras entidades no Brasil, organizadas em redes de colaboração, dos mais diferentes matizes ideológicos, que desenvolvem trabalhos nessa área, como o Projeto Trama, reunindo ONGs como a Organização de Direitos Humanos Projeto Legal; o Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social

(IBISS); CRIOLA (uma organização de mulheres afro-brasileiras); e a Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO); ou a plataforma Movimento Contra o Tráfico de Pessoas (MCTP); a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD); o Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME), além do já citado SoDireitos, entre muitos outros grupos. Todos eles possuem amplo material divulgativo, em várias mídias, e atuam, sobretudo, na área da prevenção e da incidência política, monitorando e acompanhando a ação governamental de enfrentamento ao tráfico. Porém, não se tem conhecimento de publicações com estudos mais aprofundados quanto à proposta teórica ou ao levantamento empírico, por parte dessas entidades e suas redes de ação, que permitissem uma forma alternativa de aproximação da questão.

Dentre as entidades não-governamentais que estão envolvidas no enfrentamento ao tráfico, nos interessaria em particular aquelas de caráter pastoral, alinhadas à Igreja Católica. Postando-se de forma alternativa às divisões no seio do movimento feminista, que tem se dividido em sua militância para influenciar na orientação dada ao combate ao tráfico, vários grupos e entidades pastorais católicos, atuando em rede, têm uma inserção entre as mulheres marginalizadas, vulneráveis ao tráfico de pessoas. Em nível internacional, existe uma rede de institutos de vida consagrada intensamente articulada: a Rede “Thalita Kum”. Em vários países, redes de caráter nacional têm se organizado no combate ao tráfico, e no Brasil articula-se em torno da rede “Um Grito pela Vida”. Em parceria com a OIM, a Unione dei Superiori Maggiori d’Italia (USMI) e a International Union of Superiors General, a rede “Thalita Kum” publicou um programa de formação (VOLPICELLI, 2004) com objetivo de orientar os agentes pastorais atuantes principalmente na área de assistência e acompanhamento das “vítimas” resgatadas do tráfico. No Brasil, os grupos e entidades locais ligados ao “Um Grito pela Vida”, assim como as agentes da Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) ou da Comissão Justiça e Paz – CNBB Regional Pará e Belém, têm atuado no terreno, na linha da prevenção e conscientização, ou na incidência sobre os organismos públicos de repressão ao tráfico. Existe ainda pouco trabalho, e conseqüentemente pouca documentação e publicações, na linha da assistência às migrantes envolvidas no tráfico destinado à exploração sexual. O que existe de mais significativo é a publicação de uma cartilha pela rede “Um Grito pela Vida”, e viabilizada pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB, 2009), que se propõe a ser um instrumento de reflexão para os religiosos agentes de pastoral engajados no compromisso de erradicação do tráfico de pessoas. Recentemente, os Grupos de Trabalho (GTs) sobre Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da CNBB, organizaram um II Seminário de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas (Brasília, 11 a 13/08/2011), em parceria com o Ministério da Justiça e a Catholic Relief Services (CRS), para uma maior articulação entre esses grupos e um aprofundamento da questão do tráfico, também numa ótica pastoral. Nesse meio, também há uma grande dificuldade de organização e de produção de conhecimento mais aprofundado sobre a questão.

Enfim, um “estado da arte” sobre o quadro atual de estudos e publicações sobre o tráfico de pessoas para exploração sexual, mesmo que parcial e não passando de um “esboço”, revela um terreno de disputa ideológica ainda bastante acirrada, condicionada pela qualificação do tráfico como crime e pelas ambiguidades que cercam a “vitimização” dos migrantes. Não chega, porém, a revelar em toda sua nitidez como os migrantes vivenciam as várias formas de violência que cercam seu projeto de migração, e de que maneira se poderia fazer emergir de fato sua cidadania, neste contexto marcado por tantas coerções. Tampouco se pode inferir com clareza como entidades da sociedade civil, como as oriundas da ação pastoral da Igreja, de cunho católico, poderiam colaborar para esse fim, no respeito à alteridade dos migrantes inseridos nesse meio. Ainda nesse sentido, seja como processo de produção de conhecimento, seja como engajamento pelo respeito da dignidade humana na pessoa do migrante, permanece sendo algo como um “canteiro de obras”, da construção de um “objeto” marcado por disputas ideológicas, em que um dos desafios, com certeza não dos menores, seria o de aprender a escutar a voz e discernir a condição vivida pelos migrantes.

Notas

1 - A ONG Repórter Brasil veicula notícias e análises sobre a questão do trabalho escravo no Brasil, através de sua página: www.reporterbrasil.org.br, e vem animando a campanha de prevenção e conscientização “Escravo, nem pensar”. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde suas origens nos anos 1970, denuncia ocorrências de trabalho escravo no meio rural brasileiro, e vem fazendo campanhas de conscientização, denúncia e incidência política para a erradicação do trabalho escravo. Pelo conteúdo veiculado por essas denúncias, percebe-se como a questão da incidência do trabalho escravo está intrinsecamente associada com o fenômeno da migração temporária rural.

2 - O conjunto é formado por 14 documentos, reunidos num CD-ROM intitulado “*Combate ao Tráfico de Pessoas: Trabalho em Liberdade*”, produzido sob os auspícios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e coordenado por Thais Dumêt Faria. Inclui quatro documentos reproduzindo os resultados e análises da pesquisa PESTRAF, e outros de caráter oficial: “Passaporte para a Liberdade – um guia para brasileiros no exterior” (2007); “Pesquisas em Tráfico de Pessoas: I – Diagnóstico sobre tráfico de seres humanos” (2004); “Guia para localização dos pontos vulneráveis à exploração sexual infanto-juvenil ao longo das Rodovias Federais Brasileiras” (2004); “Brasileiras e Brasileiros no Exterior – Informações Úteis” (2007); “Pesquisa em Tráfico de Pessoas – O tráfico de seres humanos no Rio Grande do Sul” (2006); “Pesquisa em Tráfico de Pessoas: II – Índícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via Aeroporto de Guarulhos” (2006); “Pesquisa em Tráfico de Pessoas: III – Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via Aeroporto Internacional de São Paulo” (2007); “Cidadania, Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: Manual para Promotoras Legais Populares” (2009); “Contribuições para a Construção de Políticas Públicas voltadas à Migração para o Trabalho” (2009); “Cooperação e Coordenação Policial no Mercosul e Chile para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas” (2009); “Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual” (2006); “Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil – curso para policiais” (2008); “Revista Mercopol – capacitação e cooperação policial no Mercosul” (2007). Além desse material de origem oficial, o CD-ROM traz também um número dos Cadernos Pagu,

com um dossiê coordenado por Adriana Piscitelli e Márcia Vasconcelos, intitulado “Trânsitos”, com estudos interdisciplinares, inteiramente dedicados à questão do tráfico de pessoas. Adriana Piscitelli tem se destacado no estudo antropológico dessa temática, que é abordada na segunda parte dessa revisão bibliográfica, e acompanhou a coordenação científica das pesquisas PESTRAF.

3 - Os artigos aqui citados dos *Cadernos Pagu* podem ser acessados também *on line* pela página da SCIELO Brasil.

Referências

- AGNOLETTI, Michelle Barbosa. A diversidade na pauta de discussão das diásporas contemporâneas: migração, travestilidade e prostituição. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça / MJ, 2010, p. 9-40.
- AGUSTIN, Laura Maria. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 107-128, jul./dez. 2005.
- AGUSTIN, Laura Maria. *Sex at the Margins: Migration, Labour and the Rescue Industry*. London: Zed Books, 2007.
- ALMEIDA, Paulo Sérgio e PENNA, Rodrigo. *Contribuições para a Construção de Políticas Públicas voltadas à Migração para o Trabalho*. Brasília: OIT, 2009.
- ARRUDA, Rayana Wara Campos de. O descompasso entre as políticas públicas brasileiras relacionadas ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça / MJ, 2010, p. 215-236.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA MULHER, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – ASBRAD. Direitos Humanos e Gênero no cenário da migração e do tráfico internacional de pessoas. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 251-273, jul./dez. 2008.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO – IADB. *Estrategia Regional de lucha contra La trata y el trafico de niñas, niños y adolescentes para fines de explotación sexual en MERCOSUL: Plan de operaciones*. New York: IADB, 2006. <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1281542>>. Acesso em: 1º jun. 2011.
- BARBOSA, Cíntia Yara Silva. *Tráfico Internacional de Pessoas*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2010.
- BERMAN, Jacqueline. Biopolitical management, economic calculation and “trafficked women”. In: *International Migration*, 48 (4), p. 84-113, aug. 2010.
- BRUNOVSKIS, Anette; SURTEES, Rebecca. Untold stories: Biases and selection effects in research with victims of trafficking for sexual exploitation. In: *International Migration*, 48 (4), p. 2-37, aug. 2010.
- CASTELLANOS, Patricia Cortés. *Mujeres migrantes de America Latina y el Caribe: derechos humanos, mitos y duras realidades*. Santiago de Chile: CELADE – CEPAL, 2005. <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/23789/lcl2426-p.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2010.
- CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero? In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 101-123, jul./dez. 2008.
- CENTRO DE COORDENAÇÃO DE CAPACITAÇÃO POLICIAL DO MERCOSUL – CCCP. *Revista Mercopol: capacitação e cooperação policial no MERCOSUL*. Brasília: CCCP, 2007.
- CENTRO DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS (CEMLA). *Guia de Formación de formadores para la prevención de la trata, tráfico y explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes*. Buenos Aires: CEMLA / Save the children / OIM, 2006.
- CHIAROTTI, Susana. *La trata de mujeres: sus conexiones y desconexiones con la migración y los derechos humanos*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. <<http://www.eclac.org/>

- publicaciones/xml/4/12554/lcl1910-p.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2010.
- COLARES, Marcos. *Pesquisas em Tráfico de Pessoas – PESTRAF: I – Diagnóstico sobre tráfico de seres humanos*, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará. Brasília: SNJ, 2004.
- COMMANDEUR, Xenia. *Beyond borders: exploring links between trafficking and labour*. Bangkok: Global Alliance Against Traffic in Women – GAATW, 2010. <http://www.gaatw.org/publications/WP_on_Labour.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2010.
- CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB). *Cartilha de reflexão bíblica sobre o tráfico de seres humanos: roteiros para grupos de reflexão e ação*. Brasília: CRB Nacional/CEBI, 2009.
- DANAILOVA-TRAINOR, Gergana; LACZKO, Frank. Trafficking in Persons and Development: towards greater policy coherence. In: *International Migration*, 48 (4), p. 39-83, aug. 2010.
- DA SILVA, Wellington Pereira. Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial e a segurança social. In: *Revista Instituto Interamericano de Direitos Humanos – IIDH* (38), 2003, p. 349-420.
- DEFENSA DE LOS NIÑOS INTERNACIONAL – SECCIÓN BOLIVIA. *Tráfico de niños, niñas y adolescentes con fines de explotación laboral en Bolivia*. Cochabamba: Defensa de los niños internacional, 2007.
- DEPARTMENT OF STATE USA. *Trafficking in Persons Report – 2010*. Washington: Department of State USA, 2010.
- DERLUYN, Ilse et al. Minors travelling alone: a risk group for human trafficking? In: *International Migration*, 48 (4), p. 164-185, aug. 2010.
- DIAS, Guilherme Mansur; MATTOS, André Luis Lopes Borges de. *Trabalhadores migrantes e trabalho decente no Brasil*. Brasília: Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, 2009.
- DIEGO, Maria J. Garcia de. “Bajo el casco de Hades”: menores migrantes no acompañadas como possible victimas de trata y su triple invisibilización. In: *Migraciones*, (28), p. 193-223, dez. 2010.
- FARIA, Thaís Dumêt. Mulheres no Tráfico de Pessoas: vítimas e agressoras. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 151-172, jul./dez. 2008.
- FERRACINI, Maria Carolina Marques. *Passaporte para a liberdade: um guia para as brasileiras no exterior*. Brasília: OIT, 2007.
- FRISSE, Giovanna Maria. Especialmente mulheres: reflexões sobre autonomia individual e a caracterização do Tráfico de Pessoas. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça/MJ, 2010, p. 189-214.
- GIRONA, Jordi Roca. Migraciones amorosas, migraciones (re)negadas: La búsqueda y formación de parejas transnacionales entre hombres españoles y mujeres latinoamericanas y esclavas. In: *Migraciones*, (25), p. 89-124, jun. 2009.
- GRUPO DAVIDA. Prostitutas, “traficadas” e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 153-184, jul./dez. 2005.
- GRUPO LUNA NUEVA. *La trata de personas en el Paraguay: Diagnostico exploratorio sobre el trafico y la trata de personas con fines de explotación sexual*. Asunción: OIM/Ministerio de Relaciones Exteriores de Paraguay, 2005.
- GUILLEMAUT, Françoise. Femmes migrants non européennes et secteur du service: travail du sexe / travail domestique, une alternative sans choix. In: *Industrie du sexe et traffics: une voie pour des migrants? – Nouvelles dynamiques migratoires: activités régulières e irrégulières sur le marché du travail européen*, Colloque International – Université de Nice Sophia Antipolis, France, 6-8/12/2007, p. 31-113. <http://lastradainternational.org/lisdocs/02_IndustrieSexe.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2009.
- HAM, Julie. *Beyond borders: exploring links between trafficking and gender*. Bangkok: Global Alliance Against Traffic in Women – GAATW, 2010. <http://www.gaatw.org/publications/WP_on_Gender.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2010.

- HAZEU, Marcel (coord.). *Investigación Tripartite sobre trata de mujeres: Brasil, República Dominicana y Surinam: una intervención en red*. Belém: SoDireitos/GAATW REDLAC, 2008.
- HUBER, Luíza. Nos trajetos da sujeição: as brasileiras na Suíça. In: *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, ano IX, nº 26, p. 35-37, set./dez. 1996.
- HUCKERBY, Jayme. *Beyond borders: exploring links between trafficking, globalization and security*. Bangkok: Global Alliance Against Traffic in Women – GAATW, 2010. <http://www.gaatw.org/publications/WP_on_Globalisation.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2010.
- JESUS, Damásio de. *Tráfico internacional de mulheres e crianças – Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- JULIANO, Dolores. El trabajo sexual en la mira: Polémicas y estereotipos. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 79-106, jul./dez. 2005.
- JUREIDINI, Ray. Trafficking and contract migrant workers in the Middle East. In: *International Migration*, 48 (4), p. 142-163, aug. 2010.
- KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 55-78, jul./dez. 2005.
- LACZKO, Frank; GOZDZIAK, Elzbieta. Data and Research on Human Trafficking: a Global Survey. In: *International Migration*, 43 (1/2), jan. 2005.
- LANDINI, Tatiana Savoia; OLIVEIRA, Maria P. P. (orgs.). *Enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais-IBCCRIM/OIT, 2008.
- LEITE, Maria Jacqueline de Souza. *Gênero e turismo sexual: experiências de brasileiras no exterior e de caso no Brasil – experiências de prevenção*. Brasília: CNPD, 2000.
- MASSARI, Monica; SIEBERT, Renate. The other and her body: Migrant prostitution, gender relations and cultural models. In: *Industrie du sexe et traffics: une voie pour des migrants? – Nouvelles dynamiques migratoires: activités régulières e irrégulières sur le marché du travail européen*, Colloque International – Université de Nice Sophia Antipolis, France, 6-8/12/2007, p. 24-42. <http://lastradainternational.org/Isidocs/02_IndustrieSexe.pdf>. Acesso em: 13 set. 2009.
- MASSULA, Letícia; MELO, Mônica. *Tráfico de mulheres: prevenção, punição e proteção*. São Paulo: Consulado Geral EUA/CLADEM, s.d.
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. Mesa Interinstitucional para la Prevención y Combate a la Trata de Personas en el Paraguay. *Hacia una más eficaz lucha contra la trata de personas en Paraguay: 2004-2008*. Asunción: Ministerio de Relaciones Exteriores, 2007.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/MTE. *Brasileiras e brasileiros no exterior: informações úteis*. Brasília: MTE/CGI, 2007.
- NAPIER-MOORE, Rebecca. *Beyond borders: exploring links between trafficking and migration*. Bangkok: Global Alliance Against Traffic in Women – GAATW, 2010. <http://www.gaatw.org/publications/WP_on_Migration.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2010.
- OLIVEIRA, Marina Pereira Pires de. Sobre armadilhas e cascas de banana: uma análise crítica da administração de Justiça em temas associados aos Direitos Humanos. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 125-149, jul./dez. 2008.
- OLIVEIRA, Renata Silva; OLIVEIRA, Carolina do Amaral. *Jornada Educacional: tráfico de pessoas para fins de exploração sexual*. Recife: ASSEPLAN, 2008.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES/OIM. *Dimensiones de la trata de personas en Colombia*. Bogotá: OIM Misión en Colombia, 2006. <http://white.oit.org.pe/ipcc/documentos/oim_trata_col.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES/OIM. *Exploratory assessment of trafficking in persons in the Caribbean Region*. Washington/Genève: OIM, 2010. <http://publications.iom.int/bookstore/free/exploratory_assessment2.pdf>. Acesso em: 18 maio 2011.

- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/OIT. *Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual*. Brasília: OIT, 2006.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/OIT. *Guia para localização dos pontos vulneráveis à exploração sexual infanto-juvenil ao longo das Rodovias Federais Brasileiras: Mapeamento 2007*. Brasília: OIT, 2007.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/OIT. *Cidadania, Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: Manual para Promotoras Legais Populares*. Brasília: OIT, 2007.
- PELUCIO, Larissa. Desideri, brasilianità e segreti: Il mercato del sesso nel rapporto tra clienti spagnoli e transessuali brasiliane. In: *Mondi Migranti* – rivista di studi e ricerche sulle migrazione internazionale, Genova, (1), p. 153-172, 2010.
- PEREIRA, Sónia; VASCONCELOS, João. *Combate ao tráfico de seres humanos e trabalho forçado: estudo de casos e respostas de Portugal*. Lisboa: Organização Internacional do Trabalho/OIT, 2007.
- PISCITELLI, Adriana. Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo. In: *Cadernos Pagu*, Campinas nº 19, p. 195-231, 2002.
- PISCITELLI, Adriana. Entre a praia de Itacema e a União Européia: Turismo sexual internacional e a migração feminina. In: PISCITELLI, A. et al. *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 283-318.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero no mercado do sexo. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 7-23, jul./dez. 2005.
- PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, nº 3, p. 717-744, set./dez. 2007a.
- PISCITELLI, Adriana. Corporalidade em confronto: Brasileiras na indústria do sexo na Espanha. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, nº 64, p. 17-32, jun. 2007b.
- PISCITELLI, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 29-63, jul./dez. 2008.
- PISCITELLI, Adriana. Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.15, nº 31, p. 101-136, jan./june 2009.
- PISCITELLI, Adriana; TEIXEIRA, Flavia B. Passi che risuonano sui marciapiedi: La migrazione delle transgender brasiliane verso l'Italia. In: *Mondi Migranti* – rivista di studi e ricerche sulle migrazione Internazionale, Genova, (1), p. 135-151, 2010.
- RADOVIC, Ivana et al. *Human Trafficking: Manual for journalists*. Belgrado: Organization for Security and Cooperation in Europa – OSCE / Anti-Trafficking Action – ASTRA, 2008. <<http://www.astra.org.rs/en/pdf/novinari08ENG.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2010.
- REZENDE, Ricardo Figueira. *Pisando fora da própria sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- RUSSELL, Amy M. Becoming the border: Women trafficked across Europe. In: *Industrie du sexe et traffics: une voie pour des migrants? – Nouvelles dynamiques migratoires: activités régulières e irrégulières sur le marché du travail européen*, Colloque International – Université de Nice Sophia Antipolis, France, 6-8/12/2007, p. 3-23. <http://lastradainternational.org/Isidocs/02_IndustrieSexe.pdf>. Acesso em: 13 set. 2009.
- SALES, Lilia Maia de Moraes; ALENCAR, Emanuella Cardoso Onofre de. Contribuição para o debate sobre o Tráfico de Pessoas a partir da experiência do Escritório de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos no Estado do Ceará. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça/MJ, 2010, p. 41-106.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA/SNJ. *Pesquisa em Tráfico de Pessoas - PESTRAF II: Índicios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via Aeroporto de Guarulhos*. Brasília: SNJ, 2006.

- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA/SNJ. *Pesquisa em Tráfico de Pessoas – PESTRAF III: Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via Aeroporto Internacional de São Paulo*. Brasília: SNJ, 2007.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA/SNJ. *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: SNJ, 2ª ed., 2008.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA/SNJ. *Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: SNJ, 2008.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA/SNJ. *Critérios e fatores para identificação de supostas vítimas do tráfico de pessoas*. Brasília: SNJ / UNODC, 2009.
- SETOR PASTORAIS DA MOBILIDADE HUMANA – CNBB (coord.). *Seminário Nacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça – MJ / CNBB, 2010.
- SILVA, Ana Paula de; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Nossa Senhora da Help: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 249-280, jul./dez. 2005.
- SILVA, Ana Paula de; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Mulheres vulneráveis e meninas más. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça/MJ, 2010, p. 147-188.
- SILVA, Jacqueline de Oliveira. *Pesquisa em Tráfico de Pessoas – PESTRAF: O tráfico de seres humanos no Rio Grande do Sul*. Brasília: SNJ, 2006.
- SPRANDEL, Márcia Anita (org.). *A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas legislações da Argentina, Brasil e Paraguai: alternativas de harmonização para o MERCOSUL*. Assunção: OIT / Programa IPEC Sudamerica, 2004.
- SPRANDEL, Márcia Anita; PENNA, Rodrigo (orgs.). *Cooperação e Coordenação Policial no Mercosul e Chile para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas: Informações básicas*. Brasília: OIT, 2009.
- TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 275-308, jul./dez. 2008.
- THIÉVENT, Romaric. Trajectoires et logiques de circulation des danseuses de cabaret en Suisse. In: *Industrie du sexe et traffics: une voie pour des migrants? – Nouvelles dynamiques migratoires: activités régulières e irrégulières sur le marché du travail européen*, Colloque International – Université de Nice Sophia Antipolis, France, 6-8/12/2007, p. 71-90. <http://lastradainternational.org/lisidocs/02_IndustrieSexe.pdf>. Acesso em: 13 set. 2009.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC. *Trafficking in Persons: Global Patterns*. UNODC, 2006. <http://www.unodc.org/pdf/traffickinginpersons_report_2006-04.pdf>. Acesso em: 1º set. 2010.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC. *Manual para la lucha contra la trata de personas: Programa mundial contra la trata de personas*. New York: UNODC, 2009. <http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/07-89378_spanish_E-Book.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2011.
- VASCONCELOS, Márcia; BOLZON, Andréa. Trabalho forçado, tráfico de pessoas e gênero: algumas reflexões. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 65-87, jul./dez. 2008.
- VENSON, Anamaria Marcon. Tráfico de Pessoas em perspectiva histórica: uma análise do papel da imprensa. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça/MJ, 2010, p. 107-146.
- VOLPICELLI, Stefano (coord.). *Compreender e combater Tráfico de Seres Humanos*. Roma: OIM /USMI / International Union of Superiors General, 2004. <http://www.talithakum.info/PT/documenti/Compreender_trafico_humanos.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2011.
- WHEATON, Elizabeth M. et al. Economics of human trafficking. In: *International Migration*, 48 (4), p. 114-141, aug. 2010.

RESUMO

O artigo busca fazer um ensaio de revisão bibliográfica sobre o tema do tráfico de pessoas para exploração sexual, tendo presente que se trata de um campo de debates intenso e polêmico, ainda em formação. Divide-se em três partes: exposição da literatura institucional, em que predomina uma abordagem jurídica e política de organismos internacionais e nacionais; a interpretação das ciências sociais, na linha da sociologia, antropologia e estudos culturais; a produção de ONGs e entidades da sociedade civil, em especial da Igreja Católica, que se manifestam a partir de sua inserção no terreno de ação. As publicações analisadas são predominantemente acessíveis pela internet, procurando dar atenção especial para três publicações relevantes na área do direito penal, dos estudos culturais e de uma pesquisa mobilizada por uma rede internacional de ONGs, entre o Brasil, a República Dominicana e o Suriname.

Palavras-chave: tráfico de pessoas; exploração sexual; migração internacional.

ABSTRACT

The article aims to make a literature review on the theme of people trafficking for sexual exploitation, having in view that this is an intense and polemic field of discussion, still in formation. It is divided in three parts: presentation of the institutional literature, in which predominates a juridical and political approach of national and international organizations; a social science interpretation, as in sociology, anthropology and cultural studies; NGOs' and civil society organizations' production, especially the Catholic Church's, that come up from their action in the field. The publications in analysis are mainly available online, and we gave special attention to three relevant publications in the area of criminal law, cultural studies and of a research conducted by an international network of NGOs from Brazil, Dominican Republic and Suriname. (Tradução de Nina Maria Pinheiro de Britto).

Keywords: people trafficking; sexual exploitation; international migration.

